

Conferência da Amazônia para a “Batalha da Borracha”: negociação da tragédia

Dulce Portilho Maciel

Introdução

Na ocasião em que os Estados Unidos entraram na II Guerra Mundial, em dezembro de 1941, o Japão apoderara-se de diversas ilhas do Pacífico (britânicas), fornecedoras de borracha para a indústria bélica norte-americana. Em março de 1942, os EUA e o Brasil assinaram 41 acordos militares e econômicos – Acordos de Washington -, 21 deles referentes à produção de borracha, para comércio exclusivo com aquele país.

Desde antes, todavia, os Estados Unidos vinham atuando no sentido de impedir o Brasil de exportar matérias primas estratégicas para os países do Eixo. Os governos destes países haviam assinado, em inícios daquele ano, um contrato de aquisição, pelo primeiro, de toda a produção brasileira de materiais estratégicos: bauxita, berilo, cromita, ferro-níquel, diamantes industriais, manganês, mica, cristais de quartzo, titânio, zircônio e borracha.

Nas negociações em pauta, a questão da borracha tinha prioridade, em razão do progressivo avanço japonês no Sudeste Asiático, de onde provinha a borracha importada por aquele país, matéria prima essencial para a fabricação de veículos de guerra, aparelhos de comunicação, indumentária militar, armas e outros artefatos de guerra, etc. Para levar a efeito o programa referente a esta questão, numerosas organizações foram criadas, tanto nos Estados Unidos como no Brasil.¹ Entre as organizações norte-americanas, a mais importante foi a empresa Rubber Development Corporation (RDC); entre as brasileiras, a mais atuante foi o Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA).

A execução do programa resultou na transferência de cerca de 60 mil trabalhadores para seringais da Amazônia, recrutados principalmente no Nordeste, os então chamados Soldados da Borracha. Terminada a guerra, estes trabalhadores foram abandonados à própria sorte, ocasião em que, segundo se denunciavam, inclusive na imprensa estrangeira (por exemplo, o New Chronicle de Londres), 31 mil já haviam morrido.

Este trabalho enfoca a chamada Conferência da Amazônia, realizada em Belém, em abril de 1943, sob a direção do então ministro extraordinário da Coordenação da Mobilização Econômica, João Alberto de Lins e Barros. O evento teve em vista discutir e deliberar acerca de numerosos aspectos operacionais do programa. Dele participaram os interventores federais nos estados do Pará e Amazonas e no Território do Acre, diversas outras autoridades brasileiras e vários representantes de organizações norte-americanas. O trabalho baseia-se principalmente em documentos originais produzidos durante o evento, atualmente sob a custódia do Arquivo Nacional – Seção Regional do Distrito Federal.

1. Mobilização do trabalho

Na época da realização da Conferência, as tarefas de mobilização e encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia já se achavam adiantadas. Duas unidades da administração federal desincumbiam-se delas, o DIC - Departamento de Imigração e Colonização (antes já existente) – e o SEMTA, mencionado atrás. No ano de 1942, o DIC conseguira enviar, ainda que de forma improvisada, perto de 15 mil pessoas para a Amazônia. A meta a ser alcançada era o envio de um contingente de 100 mil homens, no menor tempo possível, para a produção de 70 mil toneladas anuais de borracha. Na safra de 1940-1941 a produção tinha sido de 16 a 17 mil toneladas. Havia na região, na época, cerca de 35 mil seringueiros em atividade.

O SEMTA, órgão sob a direção do jornalista Assis Ribeiro, iria imprimir à atividade de recrutamento de trabalhadores um caráter novo, mediante intensa utilização da mídia, na veiculação da campanha. Inaugurava-se, na época, um estilo de propaganda com vistas a dotar de legitimação o regime do Estado Novo, usando-se a circunstância da guerra. Voltava-se para o culto à personalidade do Presidente Vargas e a arregimentação da sociedade, segundo moldes disciplinadores e militarizados. A campanha destinava-se principalmente a nordestinos pobres, flagelados pela seca que, na época, assolava a região. O governo abriu postos de alistamento em diversas localidades, entre os quais, o mais importante foi o de Fortaleza. Em todas regiões brasileiras, entretanto, a campanha revestia-se da força simbólica e coercitiva que a circunstância da guerra possibilitava. O artista

plástico suíço Pierre Chabloz foi contratado para produzir material de propaganda, constituído de cartazes que representavam cenas imaginárias, dotadas de elevado poder de sedução: por exemplo, um deles retratava o caminho que levava do Nordeste, seco e amarelo, ao paraíso verde e úmido da Amazônia.

O SEMTA recrutou médicos, professores e religiosos para colaborar nas tarefas de arregimentação e encaminhamento de trabalhadores. D. Helder Câmara, por exemplo, colaborou nesse sentido, coordenando os trabalhos de orientação religiosa nos diversos “pousos”. Nestes locais, os soldados da borracha permaneciam, freqüentemente, por meses, aguardando meios de transporte que os levassem adiante, na longa marcha até os seringais. Ali, recebiam treinamento físico em moldes militares e a deserção era considerada como crime de guerra. Chabloz contribuiu também neste trabalho, elaborando desenhos de tipos físicos correspondentes a uma dada classificação de biótipos humanos, então em voga: *normolíneo*, *disgenopata*, *mixotipo* e *brevelíneo*. Os recrutas deveriam corresponder, o máximo possível, ao biótipo ideal denominado normolíneo. Os grandes proprietários rurais do Nordeste alarmaram-se com esse sistema de recrutamento; veja-se trecho de uma nota publicada no *Correio do Ceará* (26/6/1942):

Nossas reservas humanas estão se escoando pelo porto de Fortaleza, rumo à Amazônia. Deveríamos acrescentar: as nossas melhores reservas humanas! [...] Somente o homem forte, musculoso, sadio, é aceito para o trabalho; o Estado que fique com o rebotalho...

2 - Conferência da Amazônia: uma síntese dos debates

A primeira e a segunda sessões da Conferência, ao que parece, tiveram caráter reservado. Realizaram-se na residência do interventor federal no Pará, no dia 13 de abril de 1943, achando-se presentes o ministro da Coordenação da Mobilização Econômica, João Alberto, que as presidiu; os interventores Magalhães Barata (Pará), Álvaro Maia (Amazonas) e Luiz Gomes Coelho (Acre); o delegado do ministro na Amazônia, Comandante Braz de Aguiar; o diretor do Departamento de Produção do Território do Acre, Pimentel Gomes; o assistente do Coordenador, Artur Hehl Neiva, que as secretariou.

João Alberto abriu a reunião descrevendo as condições gerais da Amazônia, em face dos Acordos de Washington. Referia-se à oportunidade que se apresentava, segundo ele, de soerguimento da economia regional - na época, conforme ele, a economia amazônica dependia da borracha em cerca de 90%, não obstante a crise pela qual seu comércio vinha passando nas últimas décadas. Prosseguindo, mencionou o interesse devotado pelo Presidente Vargas à Amazônia e a "emoção" que o tomava, diante dos problemas da região.

Explicou, a seguir, que o objetivo da Conferência era a fixação de "diretrizes gerais de ação", mediante discussão entre a Coordenação e os governos estaduais, dos problemas a serem enfrentados conjuntamente, em relação às atividades implicadas nos Acordos de Washington. A pauta de discussões da Conferência, apresentada pelo ministro, referia-se a tais problemas; compunha-se, em resumo, dos seguintes itens: 1. Problemas gerais - a) transporte (de mercadorias) do sul do país para os portos de Belém e Manaus, b) abastecimento, c) pessoal técnico, d) preços; 2. Mão de obra - a) trabalhadores locais, b) imigração dirigida: transporte, localização, distribuição, financiamento.

Quanto à questão do transporte de mercadorias, por via marítima ou marítimo-fluvial, até Belém e Manaus, crucial na época, em razão do recente afluxo de povoadores (novos seringueiros, pessoal de diversas esferas de governo do Brasil, representantes de organizações norte-americanas, aventureiros, etc.), as condições eram ainda insatisfatórias, mas poderiam vir a se normalizar em breve. O transporte marítimo achava-se a cargo da Marinha Mercante brasileira; o aéreo, complementar ao primeiro, era realizado pela RDC, com a colaboração da Panair. O transporte marítimo, em face da guerra (ameaça de ataques por forças alemãs), exigia complicado aparato de segurança

A distribuição dessas mercadorias aos mercados amazonenses (a estabelecimentos do comércio atacadista e varejista) achava-se em mãos da RDC. As autoridades regionais presentes foram unânimes em reivindicar que quotas das praças comerciais da Amazônia fossem reservadas para particulares antes ali estabelecidos, sob pena de se produzir grave perturbação nas economias locais. Aventou-se, então, a possibilidade das associações

comerciais, em suas respectivas jurisdições, virem a participar do estabelecimento de prioridades quanto às mercadorias a serem transportadas, assim como a sua distribuição.

Passou-se, em continuidade, a discutir a questão dos preços das mercadorias. João Alberto era da opinião de que era mais eficiente atuar-se sobre os custos de transporte do que mediante tabelamento - os preços de mercadorias estavam tabelados, com base nos vigentes em 1o. de dezembro de 1942. No Acre, particularmente, o tabelamento era difícil, em razão da demora na chegada das mercadorias encomendadas - até 6 meses.

Finalmente tratou-se, naquele dia, da questão da mão de obra, desdobrada em dois aspectos: a) braço existente - seringueiros e outros trabalhadores da região; a) braço "conscientemente dirigido pelas autoridades, como está ocorrendo no caso das levas de trabalhadores nordestinos". À Amazônia, interessava os dois casos, mas principalmente o último: não se devia permitir a desorganização da economia da região pelo deslocamento excessivo de mão de obra..." Quanto à migração dirigida, um dos problemas era seu encaminhamento aos seringais; decidiu-se que a tarefa ficaria a cargo das autoridades locais, que receberiam aviso prévio da chegada dos trabalhadores, a fim de que pudessem organizar condições para a fase de sua "aclimação" à Amazônia - período de um mês, em que permaneciam estacionados (acostumando-se ao clima), enquanto aguardavam sua distribuição aos seringais. Quanto a estes trabalhadores, o problema do "abandono do trabalho" era crucial; de sua discussão entre os presentes, concluiu-se, unanimemente:

[...] pela conveniência do Coordenador submeter ao Presidente da República, em nome dos três Interventores, um ato propondo a mobilização do trabalho humano, tornado obrigatório na Amazônia, nas condições que ficarem definitivamente assentadas, mobilização essa que deverá ser procedida extra-recrutamento militar.

A terceira sessão da Conferência realizou-se no dia 14 de abril, também na residência do Interventor no Pará. Observada a pauta aprovada no início da Conferência, restava um último ponto a ser tratado; isto é, o financiamento das atividades de mobilização do trabalho. Talvez por isto, o número de participantes desta ampliou-se; além dos integrantes das reuniões anteriores, desta participaram: o diretor do Departamento Nacional de Imigração e Superintendente da SAVA, Doria de Vasconcelos; o delegado da SAVA em Manaus, Jorge de Andrade; o diretor da Secretaria da Associação Comercial no Amazonas,

Cosme Ferreira Filho; o presidente do Banco de Crédito da Borracha, José da Gama Malcher; o diretor deste Banco, Rui Medeiros; o assistente especial do Coordenador e diretor-executivo da Comissão dos Acordos de Washington, Valentim Bouças.

Abrindo a sessão, o Coordenador, em benefício daqueles que pela primeira vez ali se achavam, resumiu o que anteriormente havia sido discutido, em relação "ao primeiro grande problema da região amazônica, o da mão de obra". Desmembrou a questão, segundo três momentos: 1o. - transporte dos trabalhadores até Belém; 2o. - transporte dos mesmos de Belém até o ponto de distribuição; 3o. - encaminhamento daí até os seringais. A primeira etapa ficara a cargo do SEMTA, correspondendo o ritmo de sua atuação ao da absorção de trabalhadores pelos seringais - inicialmente, um máximo de mil trabalhadores por semana. A segunda ficara a cargo da SAVA, em interação com a RDC - referia-se ele ao transporte e "abastecimento" (em verdade, "manutenção", em diversos sentidos do termo) dos trabalhadores recrutados. A terceira seria equacionada segundo acordos a serem firmados entre a SAVA e os governadores ali presentes.

Conforme o Coordenador, o sucesso do empreendimento dependia, sob todos os aspectos, do equacionamento do "problema do financiamento", objeto da presente reunião. Estava ele falando do papel desempenhado pelo Banco de Crédito da Borracha no empreendimento. Em razão disto, a introdução do assunto ficou a cargo de José Malcher, presidente do Banco que, nesta oportunidade, tratou da concessão de recursos financeiros a propostas apresentadas por seringalistas. Segundo ele, naquele primeiro trimestre de 1943, a situação apresentava-se assim: 112 propostas atendidas, atingindo os empréstimos concedidos uma soma superior a 45 milhões de cruzeiros - correspondendo, em números aproximados, a 14 milhões ao Pará, 15 milhões ao Amazonas e 16 milhões ao Acre -, por um prazo de três anos, com juros de 7% ao ano. O Banco emprestava até 60% da "garantia oferecida" (produção provável do seringal), fornecendo ao seringalista uma caderneta de cheques, os quais somente poderiam ser usados para pagamento das "faturas do aviamento necessário", ou seja, de despesas com "material destinado ao seringal." Naquele momento, a RDC dispunha de 60 mil toneladas de material a ser distribuído.

O capital social do Banco era, na ocasião, de 50 milhões de cruzeiros, formado com quotas do Brasil e dos Estados Unidos, desconhecendo a autora deste trabalho as proporções respectivas. Segundo informou Valentim Bouças na reunião (diretor-executivo da Comissão dos Acordos de Washington), outros 100 milhões de cruzeiros já haviam sido concedidos ao Banco, "a fim de que o mesmo pudesse continuar as operações de financiamento, iniciadas com tanto êxito". O Banco tinha, então, sede em Belém e uma agência em Manaus, achando-se em vias de instalação outras em Porto Velho, Rio Branco, Guajaramirim e Itacoatiara. Possuía agentes em localidades onde, futuramente, seriam instaladas outras agências, tais como: Juruá, Xapuri, Brasília e Sena Madureira.

Foi o ministro João Alberto quem trouxe à baila a questão de como o seringueiro remunerava o seringueiro; veja-se, abaixo, como isto foi registrado em ata:

Todos sabem que o sistema de trocas foi o regime de escravização, na Amazônia. Um livro de cheques não basta, talvez, para que o seringueiro possa pagar em dinheiro, o seringueiro. Esclarece tratar-se de assunto delicado, porque não é possível separar o financiamento da Amazônia da RDC e, portanto, da mentalidade americana, relatando o ponto de vista do Board Economic Warfare, com que entrou em contato, por ocasião de sua última permanência nos Estados Unidos. Ali, no State Department, sentiu a idéia fixa e a repugnância pelo pagamento ao seringueiro em espécie [mercadoria], fazendo-se a troca [de borracha] por mercadoria e fechando-se as contas no fim de um certo período. E termina solicitando esclarecimentos a respeito da posição assumida, em relação ao problema, pelo Banco da Borracha." (Grifos da autora)

Os representantes do Banco não ofereceram resposta a esta indagação. Tampouco as discussões que a ela se seguiram resultaram em proposta de solução exequível para o problema. A certa altura do debate, entretanto, o Comandante Braz Aguiar explicou a razão de ser do sistema de troca nos seringais, pela distância em que se achavam os seringueiros das barrancas dos rios (entre dois a seis dias de viagem); sendo assim, concluiu ele: "não é conveniente, pela perda de tempo de trabalho, obrigar o seringueiro a receber em dinheiro, quando o que lhe interessa é o suprimento de mercadorias." O presidente do Banco, a partir desta colocação, apresentou seu ponto de vista de que o pagamento aos seringueiros deveria ser feito, parte em dinheiro e parte em mercadorias. Reconheciam os presentes, entretanto, que, freqüentemente, "o seringueiro poderia ser explorado duas vezes: no peso da mercadoria vendida e no preço da mercadoria comprada."

Conclusão

A sessão de encerramento da Conferência realizou-se na noite 15 de abril de 1943, no Palácio do Governo, em sessão pública plenária. Achavam-se ali presentes, além das autoridades brasileiras participantes da sessão anterior, diversas outras em atuação na Amazônia. Estavam também presentes representantes de interesses norte-americanos nos assuntos ali em pauta: Douglas Allen e Reed Chambers, respectivamente, presidente e vice-presidente da RDC; James Russel Jr., MC. Ashen e C. C. Wadell, diretores desta empresa; E. Long, um dos diretores do Banco de Crédito da Borracha.

Nesta sessão, procedeu-se à leitura dos relatórios elaborados pelas comissões técnicas mencionadas atrás, aprovando-se, a seguir, um documento de recomendações a ser encaminhado ao Presidente da República. O documento fora redigido com base nas discussões levadas a efeito nas sessões anteriores, assim como nos citados relatórios, os quais tratavam, sobretudo, de questões operacionais do programa. Ao final dos trabalhos, o Ministro submeteu à Conferência a idéia da elaboração de um projeto de mobilização do trabalho para a Amazônia, assunto sobre o qual o presidente da República já se manifestara favoravelmente; disto resultou que: *"A moção foi aprovada por unanimidade, com os aplausos de todos os membros da Conferência, em virtude de se tratar de providência da mais alta relevância para a economia da região Amazônica."* (Grifo da autora).

Nos últimos tempos, diversos trabalhos de pesquisa acadêmica para a elaboração de dissertações e teses tiveram como objetos de estudo comunidades da Amazônia, remanescentes do período da Batalha da Borracha. Tais trabalhos, quase sempre, retratam com crueza, as condições precárias como sobrevivem tais comunidades. Também a imprensa periódica tem publicado matérias sobre o assunto, nesta ocasião dos 60 anos do término da II Grande Guerra; veja-se trecho de uma delas, publicada pela revista *Isto é*:

*No Vale da Amazônia, ainda hoje há denúncias de que integrantes da nova geração de seringueiros vivem como escravos... Às margens do rio Paraná do Ouro, em Feijó... mais de 300 famílias não têm roupa para vestir, utensílios para fazer fogo e são proibidos de vender a produção de borracha para outros comerciantes. [...] São um pedaço do exército recrutado por Getúlio Vargas, esperando um resgate que não veio nunca.*²

¹ Do lado norte-americano, criaram-se as seguintes organizações: Board of Economic Warfare, Rubber Reserve Company, Reconstruction Finance Corporation, Rubber Development Corporation, Defense Supplies Corporation; do lado brasileiro

criaram-se as seguintes: Banco de Crédito da Borracha, Serviço de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA, Superintendência para o Abastecimento do Vale da Amazônia – SAVA, Serviço Especial de Saúde Pública – SESP e o Serviço de Navegação da Amazônia e do Porto do Pará – SNAPP.

² Disponível na internet: [http:// www.geocities.com/2a_guerra/borracha.htm](http://www.geocities.com/2a_guerra/borracha.htm)